

MP da educação vai sofrer modificações

O Congresso deverá mudar a medida provisória que extinguiu o Conselho Federal de Educação e criou muita polêmica ao ser reeditada na semana passada, impondo um exame aos alunos recém-formados para avaliação das escolas de ensino superior.

Essa informação foi antecipada ontem pelo relator da Comissão Mista que analisa a MP 938, deputado Paes Landim (PFL-PI), após audiência pública realizada para ouvir o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. O ministro anunciou que vai incluir em portaria a possibilidade do aluno repetir a prova, se tiver mau desempenho.

A medida adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, de registrar no histórico escolar do aluno a nota obtida no exame para avaliar as instituições de ensino superior, foi contestada por muitos parlamentares da comissão. O ministro Paulo Renato argumentou, repetidas vezes, que esta foi a fórmula "mais branda" encontrada pelo Governo para garantir a seriedade do exame.

O mecanismo, de acordo com o ministro, servirá como quesito para o recredenciamento das universidades, a cada cinco anos, a partir da reedição da MP. "Este foi

o ponto mais difícil para definirmos, assegurando que o exame seja feito com o maior empenho possível", justificou o ministro.

"Entre as três opções — condicionar o diploma à avaliação dos alunos, incluir a nota no diploma e, por último, no histórico escolar — optei pela mais branda", completou Paulo Renato.

A decisão do atual Governo de incrementar o texto original da MP que extingue o Conselho Federal de Educação para substituí-lo por um novo conselho mais representativo, criando normas de controle da qualidade de ensino, foi motivada pela proliferação de universidades particulares após a Constituição de 1988, segundo o ministro.

O relator Paes Landim já previu um projeto de lei de conversão para acomodar as emendas que aguarda dos parlamentares, alterando o texto do Governo.

A senadora Emilia Fernandes (PTB-RS) e o senador Romeu Tuma (PL-SP) querem que o resultado da avaliação não seja incluído no histórico, o que poderia prejudicar o aluno em sua carreira. Outros parlamentares criticaram o fim da eleição de reitores como é feita atualmente. "Vou seguir todas as emendas", anunciou Paes Landim.